

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO GERAL
30 de outubro de 2023

Nome	Representação	Rubricas
Elsa Maria Curto	Docente – Presidente	Presente
Carla Rosa	Docente	Presente
José Manuel Nascimento	Docente	Presente
Maria Fátima Santos	Docente	Presente
Maria Natália Gregório	Docente	Presente
Paulo Gonçalves	Docente	Presente
Ricardo Santos Carreira	Docente	Ausente
Teresa Caldeira Ferreira	Docente	Ausente
Ana Cristina Faustino	Não Docente	Presente
Susana Isidoro	Não Docente	Presente
Carina Henriques	Pais e Encarregados de Educação	Presente
Lília Marquês	Pais e Encarregados de Educação	Presente
Carla Pinho	Pais e Encarregados de Educação	Presente
Afonso Neves	Representante dos Alunos	Presente
Alice Lourenço	Representante dos Alunos	Presente
Ana Sofia Godinho	Município de Óbidos	Presente
Filipe Daniel	Município de Óbidos	Presente
Margarida Reis	Município de Óbidos	Presente
Maria Guedes	Aces Oeste Norte	Presente
Marta Caetano	Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar - Peniche	Presente
Miguel Silvestre	OBITEC – Parque Tecnológico	Presente
Outros intervenientes	Representação	Rubrica
José Santos	Diretor do Agrupamento de Escolas Josefa de Óbidos	Presente

Aos 30 dias do mês de Outubro de dois mil e vinte e três, pelas dezoito horas, reuniu o Conselho Geral do Agrupamento de Escolas Josefa de Óbidos (AEJO), com a presença de todos os seus elementos, à exceção dos conselheiros Ricardo Santos e Teresa Ferreira. Esteve também presente o Diretor, José Santos.

Ordem de trabalhos:

Ponto um - Tomada de posse dos representantes dos alunos;

Ponto dois - Análise e aprovação das atas das reuniões anteriores;

Ponto três - Discussão e apreciação do Relatório de Avaliação dos candidatos ao procedimento concursal para Diretor do Agrupamento de Escolas Josefa de Óbidos e eventual eleição do Diretor, nos termos do Artigo 23 do Decreto-Lei nº 75/2008 de 22 de Abril e do Decreto-Lei nº 137/ 2012;

Ponto Um – Tomada de Posse dos representantes dos alunos

Os representantes dos alunos apresentaram-se ao Conselho Geral. A presidente deu a palavra ao Conselho tendo o conselheiro Filipe Daniel felicitado os alunos pela sua eleição e desejou felicidades na sua missão. A Presidente de Conselho Geral aproveitou para descrever o processo da eleição das listas da associação de estudantes e deu posse aos representantes dos alunos Afonso Neves e Alice Lourenço.

Ponto Dois - Análise e aprovação das atas das reuniões anteriores;

De seguida a Presidente deu a palavra aos conselheiros relativamente às atas para aprovação. O conselheiro Paulo Gonçalves referiu que a ata de 13 de Julho tem elementos que merecem alteração, talvez por ainda não estar concluída. Colocou também a questão se as alterações a propor seriam feitas na reunião de Conselho Geral ou se ficariam para depois. A Presidente referiu que não estando presente a conselheira redatora da ata as alterações ficariam para depois. Relativamente à ata de 11 de setembro nenhum conselheiro colocou qualquer considerando. Foi aprovada com 14 votos a favor e as abstenções dos membros que não tinham estado presentes na reunião a que se reporta.

A Presidente deu a palavra ao Sr. Diretor do Agrupamento, que não tendo nada a comentar retirou-se da reunião.

Ponto Três - Discussão e apreciação do Relatório de Avaliação dos candidatos ao procedimento concursal para Diretor do Agrupamento de Escolas Josefa de Óbidos e eventual eleição do Diretor, nos termos do Artigo 23 do Decreto-Lei nº 75/2008 de 22 de Abril e do Decreto-Lei nº 137/ 2012;

A Presidente do Conselho Geral, relativamente ao relatório da comissão, referiu que é necessário dar tempo aos alunos para tomar conta do conteúdo do mesmo e se inteirarem do tema em apreço. Colocou à consideração do Conselho Geral se deveria ou não falar com os alunos sobre o teor do relatório ou se deveria deixar isso à consideração dos próprios. A conselheira Ana Sofia Godinho colocou a possibilidade da Comissão apresentar o relatório a todos os conselheiros.

O conselheiro Paulo Gonçalves questionou se o Conselho Geral terá acesso ao Projeto de Intervenção que o Diretor apresentou à escola. Considera essencial, enquanto membro do Conselho, conhecer esse documento para poder votar de forma informada. Considera mesmo que esse é o espírito da legislação em vigor.

A Presidente referiu que esse tema foi debatido em sede da comissão e considerou que esse documento poderia ser consultado na Secretaria da escola. Paulo Gonçalves perguntou se existia algum imperativo legal para essa possibilidade. A Presidente deixou algumas dúvidas quanto à viabilidade de uma partilha aberta e generalizada do documento.

O conselheiro José Manuel comparou com o caso dos processos disciplinares e a reserva que o documento poderá requerer. Paulo Gonçalves referiu que os interessados no processo deverão ter acesso à documentação, não tendo objeções quanto ao facto de estar disponível para consulta na Secretaria, pois o essencial é que se tome conhecimento do que o Projeto de Intervenção contém, de forma a poder votar. A Presidente defendeu a consulta ainda que com alguma reserva. A conselheira Ana Sofia Godinho referiu que noutras ocasiões os documentos foram colocados para consulta na Secretaria. O conselheiro Filipe Daniel referiu que era melhor que se procedesse à livre consulta pelos membros do Conselho Geral.

Seguidamente foi colocada à votação a disponibilidade do documento aos conselheiros mediante registo das consultas. Paulo Gonçalves alertou para a importância de concertar o calendário e o horário das consultas com o horário da Secretaria do Agrupamento. Por sua vez, o conselheiro Miguel Silvestre referiu a possibilidade de existir uma plataforma digital de consulta do documento com registo dos utilizadores autorizados.

A conselheira Lília Marquês solicitou a palavra para dizer que, face ao trabalho da comissão eleitoral, considera que faz sentido apresentar e debater o relatório da Comissão. Defendeu uma breve análise e depois decidir-se de que forma se avança. Na sequência, a Presidente fez uma apresentação do trabalho da Comissão Eleitoral, dos pedidos de esclarecimento efetuados a entidades como a DGAE e como isso arrastou o processo. Defendeu de acordo com o estabelecido em reunião de uma avaliação qualitativa de insuficiente, suficiente bom ou excelente e não de 0 a 100. Procedeu à leitura de alguns dos pontos que constam no relatório e referiu a falta de alguns critérios de monitorização das medidas propostas. Terminou referindo que a apreciação final da Comissão é de Bom.

A conselheira Alice Lourenço perguntou se na entrevista não pediram para o diretor aprofundar os pontos considerados vagos no relatório. A Presidente respondeu afirmativamente, referindo que em alguns casos foram esclarecidos, outros nem tanto.

A conselheira Natália Gregório também considerou importante conhecer o projeto, mas comentou o arrastar o processo de decisão. Considera que é preciso avançar, pois o processo já vai longo.

A conselheira Margarida Reis agradeceu o trabalho da Comissão e manifestou a sua confiança no trabalho da equipa e também considerou necessário que se avance, referindo a importância da decisão no ecossistema e estabilidade da escola. Referiu, relativamente ao trabalho da Comissão, que as doze perguntas efetuadas em modo de entrevista de 30 minutos exigiria que alguém teria de estar bem preparado para o seu cumprimento. Notando uma reação do conselheiro José Manuel Nascimento quanto ao ponto 2.1.4 do relatório solicitou se poderia explicá-lo! A conselheira Lília Marquês comentou que foi encontrado um consenso, entre todos os membros, e que, depois de muitas reuniões, foram debatidos todos os pontos. Referiu também a falta de objetividade em vários pontos do Projeto de Intervenção, afirmação que obteve concordância da parte do conselheiro José Manuel Nascimento. Não deixou também de referir que naturalmente o atual diretor e candidato demonstrou um conhecimento profundo da realidade da realidade da escola, que deu a indicação de um novo caminho, mas que faltam indicadores de monitorização.

A Presidente questionou os conselheiros sobre a forma como deveria decorrer a votação. Procedeu-se um debate da legislação em vigor e qual a interpretação correta da mesma. Ficou decidido, com a concordância dos conselheiros que a votação decorreria na próxima reunião, permitindo assim a consulta física da documentação entre os dias 2 a 10 de Novembro e a próxima reunião do Conselho Geral no dia 16 de novembro. O conselheiro Paulo Gonçalves referiu que deveria ficar decidido, na presente reunião, a audição ou não do Diretor. Foi colocado a votação a necessidade de audição e rejeitada por unanimidade.

A reunião foi encerrada às 20:07.

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada esta reunião do Conselho Geral e se lavrou a presente ata que será assinada pela Presidente do Conselho Geral, Elsa Curto e pelo secretário que redigiu a ata.

A Presidente do Conselho Geral

Elsa Maria Curto

O Secretário

Miguel Silvestre